

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Capítulo Primeiro NOÇÕES GERAIS

I

O Comércio e o Direito Regulador das Atividades Comerciais

1. O Comércio como Atividade Empresarial	1
2. Desenvolvimento do Comércio e do Direito Regulador das Atividades Comerciais	4
3. Comércio e Direito Comercial nos Tempos Antigos	4
4. Período Romano	5
5. Idade Média	6
6. Mercados e Feiras	6
7. As Corporações. Estruturação do Direito Comercial	6
8. Primeiros Institutos do Direito Comercial	7
9. As Codificações	7
10. Ordenanças Francesas	8 ^o
11. Código Napoleônico de 1807. Influências e Disciplina	9
12. Modificações no Código Francês e suas influências em nosso Código. Substituições dos Códigos Primitivos	9

II

Empresa Comercial

13. Comerciante e Empresa Comercial	11
14. Direito Comercial e Direito das Empresas	13
15. Direito Econômico, Direito dos Negócios, Direito Comercial	13

III

Conceito de Direito Comercial

16. Definições	16
----------------------	----

17. Compreensão do Conceito de Direito Comercial	18
18. Teorias Relativas à Conceituação do Direito Comercial	19
I – Teoria do Direito Comercial como Direito do Comerciante	19
II – Teoria do Direito Comercial como Direito dos Atos de Comércio	21
III – Teoria do Direito Comercial como Direito das Empresas	22
IV – Teoria do Direito Comercial como Direito dos Comerciantes e dos Atos de Comércio ...	23

IV

Autonomia do Direito Comercial

19. Direito Comercial e Direito Civil	25
20. Separação dos Campos de Ação do Direito Civil e do Direito Comercial	25
21. Unificação do Direito Privado	27
22. Autonomia do Direito Comercial. Matéria Comercial	29
23. Caracterização do Direito Comercial	30
a) Simplicidade	30
b) Internacionalidade	31
c) Rapidez	31
d) Elasticidade	31
e) Onerosidade	31
24. Relações do Direito Comercial com Outros Ramos do Direito	31
25. Publicização do Direito Comercial	32

V

Fontes do Direito Comercial

26. Conceito e Divisão das Fontes do Direito Comercial	34
27. Fontes Primárias	34
28. Alterações no Código Comercial	35
29. Regulamentos, Leis e Tratados Internacionais	35
30. Fontes Subsidiárias ou Indiretas	36
31. A Lei Civil	36
32. Discussão Doutrinária	36
33. Usos e Costumes Comerciais	36
34. A Prática de Atos de Natureza Negocial	38
35. Jurisprudência	38
36. A Analogia e os Princípios Gerais de Direito	39

VI

O Direito Comercial no Brasil

37. O Comércio Brasileiro no Período Colonial	40
38. O Direito Português no Período Colonial Brasileiro	41
39. A Liberdade de Comércio no Brasil	42
40. Independência. Código Comercial	43

41. Divisão do Código	43
42. Orientação do Código Comercial	44
43. Legislação Posterior ao Código Comercial, até 1890	45
44. Revogação da 3ª Parte do Código e Leis Posteriores	46
45. Projetos de Substituição e Reforma do Código Comercial	48
46. Projeto de Código de Obrigações de 1965	48
47. Projeto de Código Civil de 1975	50
48. Orientação do Direito Comercial Brasileiro	53

VII

Divisão do Direito Comercial

49. Divisão Clássica do Direito Comercial	54
50. Crítica à Divisão Clássica do Direito Comercial	55
51. Orientação do Código Comercial	56
52. Orientação do Projeto de Código de Obrigações e do Código Civil em Vigor	56

Capítulo Segundo

ATOS DE COMÉRCIO

VIII

Elementos Caracterizadores da Matéria Comercial

53. Elementos Básicos do Direito Comercial	59
54. Justificação do Conceito	59
55. Elementos Caracterizadores do Direito Comercial	60
56. Preeminência dos Atos de Comércio	60
57. Histórico dos Atos de Comércio	60
58. Atos de Empresas	61
59. As Dificuldades da Caracterização dos Atos de Comércio	62
60. Os Atos de Comércio no Direito Brasileiro	64
61. Noção de Atos de Comércio, segundo o Regulamento nº 737	65
62. Imóveis e Agricultura	65
63. Divisão dos Atos de Comércio	66
64. Atos de Comércio por Conexão	67
65. Características dos Atos de Comércio	67
66. Atos de Comércio Objetivos no Direito Brasileiro	68
67. Delimitação do Campo do Direito Comercial pelos Atos de Empresa	68

Capítulo Terceiro

DOS COMERCIANTES OU EMPRESÁRIOS

IX

Noções Gerais

68. Conceito de Comerciante	69
69. Condições Indispensáveis à Aquisição da Qualidade de Comerciante	70

70. Caráter Histórico da Profissionalidade Comercial	71
71. Sistemas Caracterizadores da Qualidade de Comerciante	72
a) Caracterização do comerciante pelo Código francês	72
b) Sistema do Código espanhol primitivo	72
c) Sistema do Código alemão de 1897	73
d) Sistema do Código Civil italiano de 1942	73
72. A Caracterização do Comerciante no Direito Brasileiro	74
73. Sociedades Comerciais	74
74. Espécies de Comerciantes	75

X

Obrigações e Privilégios dos Comerciantes

<i>a) Nome comercial</i>	
75. Firma e Denominação	76
76. O Nome Comercial como o Nome que Obriga o Comerciante	78
77. Registro e Proteção do Nome Comercial	78
78. Processo de Registro de Firma ou Razão Social	79
79. Modificação da Firma	80
80. Cessão da Firma. Extinção	80
<i>b) Obrigações impostas aos comerciantes pelo Código</i>	
81. Contabilidade e Arquivo	81
82. Contabilidade e Escrituração	82
83. Livros Comerciais	84
84. Livros Obrigatórios a Todos os Comerciantes	84
85. Livros Facultativos ou Auxiliares	86
a) Razão	86
b) Caixa	86
c) Conta-Corrente	87
d) Borrador, Costaneira ou Memorial	87
e) Livro de Estoque	87
f) Livro de Obrigações	87
86. Livros Especiais, Obrigatórios a Determinados Comerciantes	87
87. Formalidades Necessárias aos Livros Obrigatórios	88
88. Força Probante dos Livros Obrigatórios	90
89. Inviolabilidade dos Livros Comerciais	90
90. Exibição dos Livros Comerciais	91
91. Exibição dos Livros Comerciais em Caso de Falência	92
<i>c) Outras obrigações impostas por lei aos comerciantes</i>	
92. Obrigação de Registrar Documentos no Registro de Empresas	93
93. Obrigação de Conservar o Comerciante o Arquivo de suas Atividades	94
94. Obrigação de Formar o Comerciante Balanço Anual	94
95. Requisitos para o Exercício da Atividade Comercial	95
<i>d) Privilégios dos comerciantes</i>	
96. Regalias Legais	95
97. Matrícula do Comerciante	97
98. Vantagens Próprias da Qualidade de Comerciante	98

XI

Auxiliares dos Comerciantes. Preposição

99. Sistema Legal	99
100. Contrato de Trabalho e Preposição	99
101. Obrigações do Preponente para com Terceiros	100
102. Classificação dos Auxiliares do Comerciante	101
103. O Gerente Administrativo	102
104. Guarda-Livros, Contadores e Auditores	103
105. Viajantes, Vendedores e Pracistas	104
106. Representantes Comerciais, Concessionários e Correspondentes	105
107. Nomeação dos Auxiliares Dependentes do Comerciante	108
108. Garantias e Vantagens do Auxiliar Dependente do Comerciante	108
109. Condições Especiais do Trabalho	109
110. Rescisão do Contrato de Trabalho	109

XII

Comerciante ou Empresário Individual

111. Requisitos para o Exercício do Comércio	111
112. Capacidade Jurídica do Comerciante Individual	111
113. A Capacidade para Comerciar é Regulada pela Lei Brasileira	112
114. Capacidade para Comerciar Segundo a Lei Brasileira	112
115. Pessoas Absolutamente Incapazes	112
116. Pessoas Relativamente Incapazes	113
117. Menores	113
118. Mulheres Casadas	114
119. Revogação da Autorização	115
120. A Capacidade Plena para a Mulher Casada Comerciar	115
121. Proibidos de Comerciar	116
122. Funcionários Públicos	117
123. Estrangeiro Comerciante	117
124. Pequeno Comerciante e Artesão	118
125. Comerciante Ambulante	120
126. Comerciante Individual Irregular ou de Fato	121

XIII

Micro e Pequenas Empresas – Estatuto e Regulamentação

127. Atividade Econômica e Garantia Constitucional	123
128. Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte	124
129. Definição Legal e Código Civil	125
130. O Registro da Atividade Empresarial	127
130-a. Reflexos da Atividade Empresarial na Ordem Econômica	128

Capítulo Quarto
CORRETORES E LEILOEIROS

XIV

Corretores e Leiloeiros

131. Sistema do Código	131
<i>a) Corretores</i>	
132. Conceito. Espécies. Classes	131
133. Nomeação dos Corretores	134
134. Matrícula dos Corretores	134
135. Livros Obrigatórios dos Corretores	135
136. Restrições Impostas aos Corretores	135
137. Juntas de Corretores	135
138. Fiscalização das Sociedades Corretoras	136
139. Prepostos e Adjuntos de Corretores	136
140. Contrato de Corretagem	137
141. Corretores de Seguros	137
<i>b) Leiloeiros</i>	
142. Conceito	138
143. Natureza Jurídica do Leilão	139
144. Licitantes	139
145. Exercício da Profissão de Leiloeiro	140
146. Dos que não Podem ser Leiloeiros	141
147. Das Funções dos Leiloeiros	141
148. Publicidade dos Leilões	141
149. Comissão do Leiloeiro	142
150. Prestação de Contas	142
151. Livros Obrigatórios	142
152. Restrições Impostas aos Leiloeiros	143

Capítulo Quinto
SOCIEDADES EMPRESÁRIAS

XV

Noções Gerais

153. Conceito de Sociedade Empresária	145
154. Sociedades Unipessoais	145
155. Sociedade e Ato Constitutivo. Contrato e Ato Institucional	146
156. Sócios	148
157. Forma e Prova dos Atos Constitutivos das Sociedades Empresárias	149
158. Requisitos dos Atos Constitutivos das Sociedades Empresárias segundo a Legislação ..	149
159. Cláusulas Essenciais aos Contratos. Cláusulas Padronizadas	151
160. Arquivamento do Contrato Social	153

161. Sociedades de Fato e Irregulares	154
162. Publicidade das Sociedades Empresariais	154
163. Alterações nos Atos Constitutivos das Sociedades	155

XVI

Personalidade Jurídica das Sociedades Empresárias

164. Conceito de Pessoa Jurídica	158
165. Teorias Justificativas da Existência das Pessoas Jurídicas	158
166. A Personalidade Jurídica das Sociedades Empresárias no Direito Brasileiro	159
167. A Personalidade Jurídica das Sociedades Empresárias no Direito Estrangeiro	160
168. A Personalidade Jurídica das Sociedades em Comum	161
169. Nascimento da Pessoa Jurídica	162
170. Os Atos Preliminares para a Constituição das Sociedades Anônimas	162
171. Extinção da Pessoa Jurídica	163
172. Problemas Relativos à Extinção da Pessoa Jurídica	164
173. Consequências da Personalidade Jurídica das Sociedades Empresárias	165
a) Patrimônio próprio	165
b) Nome empresarial	166
c) Domicílio	166
d) Nacionalidade	166
174. A Desconsideração da Pessoa Jurídica	167

XVII

Classificação das Sociedades Empresárias

175. Sociedades Empresárias Reconhecidas pela Lei Brasileira	169
176. Sociedades e Companhias	170
177. Sistemas de Classificação das Sociedades Empresárias	171
a) Classificação das sociedades empresárias tendo em consideração a pessoa dos sócios.	171
b) Classificação das sociedades tendo em vista a responsabilidade dos sócios	172
178. Responsabilidade das Sociedades e Responsabilidade dos Sócios	173
179. Sociedades Contratuais e Sociedades Institucionais	173
180. Sociedades Não Personificadas e Sociedades Personificadas	175

XVIII

Direitos e Obrigações dos Sócios

181. Posição dos Sócios nas Sociedades Empresárias	176
182. Os Sócios não são Empresários	177
183. Os Sócios de Responsabilidade Ilimitada são Empresários?	178
184. Obrigações dos Sócios nas Sociedades Empresárias	179
185. Direitos dos Sócios	181
186. Distribuição dos Lucros aos Sócios	181
187. Outros Direitos dos Sócios	182

Capítulo Sexto
SOCIEDADES NÃO PERSONIFICADAS

XIX

Sociedades em Comum ou de Fato

188. O Reconhecimento da Existência das Sociedades de Fato	185
189. As Sociedades de Fato ou em Comum no Código Comercial. Legislação Anterior	185
190. Sociedades de Fato e Sociedades Irregulares	187
191. Direitos de Terceiros em Relação às Sociedades de Fato	188
192. Relações entre os Sócios	188

XX

Sociedade em Conta de Participação

193. Conceito	190
194. Exame dos Dispositivos Legais	190
195. Histórico	191
196. Natureza e Características da Sociedade em Conta de Participação	192
197. Constituição	193
198. Sócios	193
199. Nome Empresarial	194
200. Gerentes	194
201. Conta de Participação em Caráter Não Empresarial	194

Capítulo Sétimo
SOCIEDADES DE PESSOAS OU CONTRATUAIS

XXI

Sociedade em Nome Coletivo

202. Conceito	195
203. Compreensão dos Arts. 315 e 316 do Código Comercial	195
204. Origem e Evolução das Sociedades em Nome Coletivo	196
205. Caracterização das Sociedades em Nome Coletivo	197
206. Constituição	197
207. Gerência e Fiscalização dos Negócios Sociais	198
208. Firma	199

XXII

Sociedades em Comandita Simples

209. Conceito	201
210. Compreensão dos Dispositivos do Código Civil	201
211. Origem e Evolução da Sociedade em Comandita	202
212. Natureza Jurídica e Caracteres	203

213. Constituição	204
214. Sócios	204
215. Firma Social	206
216. Gerentes	208
217. Disciplina Catalisada no Código Civil	208

XXIII

Sociedade Simples

218. Conceito	209
219. Disciplina Legal e a Visão do Código Civil Atual	209
220. Caracteres e Natureza da Sociedade Simples	209
221. Constituição	210
222. Sócios	210
223. Da Administração. Responsabilidade	211
224. Da Extinção	212

XXIV

Sociedades Limitadas

225. Conceito	213
226. O Código Civil	213
227. Histórico e Modernas Inovações	214
228. Caracteres e Natureza Jurídica	216
229. Caracteres e Natureza Jurídica no Direito Comparado	216
230. Responsabilidade dos Sócios	217
231. Limite da Responsabilidade	218
232. Constituição	219
233. Sócios	220
234. Contrato Simplificado	221
235. Nome Empresarial. Firma ou Denominação	222
236. Capital e Quotas. Dispensa de Escritura Pública na Incorporação de Imóveis	223
237. Órgãos Sociais. Substituição e Exclusão dos Gerentes	226

XXV

Dissolução das Sociedades Contratuais

238. Conceito de Dissolução	228
239. Normas Legais Relativas à Extinção da Pessoa Jurídica	228
240. Fases da Extinção da Pessoa Jurídica	229
241. Natureza Jurídica da Sociedade em Dissolução	229
242. Causas de Dissolução das Sociedades Contratuais	230
243. Causas que Operam a Dissolução de Pleno Direito	230
244. Causas que Operam a Dissolução Judicial	232
245. Dissolução Consensual	234
246. Liquidação do Patrimônio Social	234

247. Liquidante	234
248. Partilha	235
249. Extinção da Pessoa Jurídica	236

Capítulo Oitavo
SOCIEDADES POR AÇÕES

XXVI
Sociedade Anônima

a) Características e natureza

250. Conceito	237
251. Sistema Legal	237
252. Histórico	239
253. Características e Natureza das Sociedades Anônimas	241
254. Objeto Social	241
255. Denominação	242
256. Denominação e Limitação de Responsabilidade	242
257. Companhia “Aberta” e “Fechada”	244

b) Capital

258. Fixação e Formação. Sociedade de Capital Autorizado	245
--	-----

c) Ações

259. Número e Valor. Ações sem Valor Nominal. Valores Mínimo e Máximo	247
260. Espécies e Classes	248
261. Certificados: Emissão e Requisitos	251
262. Agentes Emissores dos Certificados	252
263. Ações Escriturais	252
264. Forma das Ações	252
265. Integralização das Ações	253
266. Indivisibilidade e Negociabilidade das Ações	254
267. Negociação da Companhia com suas Próprias Ações	254
268. Custódia Bancária de Ações Fungíveis. Certificados de Depósito	255
269. Amortização, Resgate e Reembolso	256

d) Partes beneficiárias

270. Emissão de Partes Beneficiárias	258
271. Certificados: Requisitos. Direitos dos Beneficiários	259

e) Debêntures

272. Noções Gerais	260
273. Conceito	261
274. Constituição do Empréstimo com a Emissão de Debêntures	261
275. Emissão de Debêntures. Valor Nominal. Correção Monetária	262
276. Vencimento, Amortização e Resgate	263
277. Debêntures Conversíveis em Ações	264
278. Garantia do Empréstimo. Espécies de Debêntures de acordo com a Garantia Oferecida	265
279. Forma, Propriedade e Circulação das Debêntures	266
280. Certificados das Debêntures	267

281. Agente Fiduciário dos Debenturistas	267
282. Assembleia dos Debenturistas	268
283. Cédula de Debêntures	268
284. Extinção das Debêntures	269
<i>f) Bônus de subscrição</i>	
285. Características. Emissão. Requisitos	269
<i>g) Constituição das sociedades anônimas</i>	
286. As Normas Especiais da Constituição das Sociedades Anônimas	270
I – Requisitos preliminares	271
II – Formas de subscrição do capital	272
287. Constituição por Subscrição Pública	273
288. Constituição por Subscrição Particular	275
289. Fundadores	277
290. Natureza Jurídica dos Atos Constitutivos das Sociedades Anônimas	278
291. Atos dos Fundadores	280
292. Formalidades Complementares da Constituição	281
<i>h) Livros sociais</i>	
293. Livros Especiais	282
a) Registro de ações nominativas	282
b) Transferência de ações nominativas	283
c) Registro de partes beneficiárias nominativas	283
d) Transferência de partes beneficiárias nominativas	283
e) Atas das Assembleias-Gerais	283
f) Presença de acionistas	284
g) Atas das Reuniões do Conselho de Administração e Atas das Reuniões da Diretoria ..	284
h) Atas e pareceres do Conselho Fiscal	284
296. Certidões Fornecidas a Terceiros	285
<i>i) Das companhias que dependem de autorização para funcionar</i>	
297. Disposições Gerais	286
298. Companhias Nacionais e Estrangeiras	288
<i>j) Acionistas</i>	
299. Considerações Gerais	289
300. Obrigações do Acionista	289
301. Direitos do Acionista. Direito de Voto	290
302. Acionista Controlador	292
303. Acordo de Acionistas	293
304. Acionista Residente ou Domiciliado no Exterior	294
305. Suspensão do Exercício dos Direitos do Acionista	294
<i>l) Órgãos sociais</i>	
306. Os Órgãos das Sociedades Anônimas	295
<i>l) Assembleia-Geral</i>	
307. Conceito de Assembleia-Geral	295
308. Competência	295
309. Convocação e Local	296
I – <i>Assembleia-Geral Ordinária</i>	
310. Finalidades	299

311. Exame dos Documentos da Administração	299
312. Procedimento	300
313. Publicidade da Assembleia-Geral Ordinária	300
II – <i>Assembleia-Geral Extraordinária</i>	
314. Finalidades	300
315. Reforma do Estatuto. Direito de Recesso	301
2) <i>Conselho de Administração e Diretoria</i>	
316. Considerações Gerais	303
317. Normas Comuns ao Conselho de Administração e à Diretoria	304
318. Conselho de Administração. Composição, Eleição e Competência	307
319. Diretoria. Composição e Representação	310
3) <i>Conselho Fiscal</i>	
320. Função, Composição e Funcionamento	311
321. Qualificação dos Membros do Conselho. Remuneração	312
322. Competência, Deveres e Responsabilidades	313
m) <i>Modificação do capital social</i>	
I – <i>Aumento de capital</i>	
323. Modalidades do Aumento do Capital Social	315
324. Aumento por Correção Monetária do Capital	315
325. Aumento por Autorização Estatutária. Sociedades de Capital Autorizado	315
326. Aumento por Conversão em Ações de Debêntures ou pelo Exercício do Direito de Subscrição	316
327. Aumento por Capitalização de Lucros e Reservas	316
328. Aumento Mediante Subscrição de Ações	316
329. Direito de Preferência	316
II – <i>Redução do capital</i>	
330. Alteração de Capital por sua Redução	317
331. Oposição dos Credores	317
n) <i>Exercício social</i>	
332. Duração do Exercício Social	317
333. Demonstrações Financeiras	318
334. Lucros, Dividendos e Reservas	319
1) <i>Lucro líquido</i>	319
2) <i>Dividendo obrigatório</i>	319
3) <i>Reservas</i>	321
o) <i>Dissolução, liquidação e extinção</i>	
335. Dissolução e Liquidação das Sociedades Anônimas	322
336. Modalidades de Dissolução: de Pleno Direito, por Decisão Judicial e por Decisão de Autoridade Administrativa	322
337. Liquidação	322
338. Deveres e Poderes do Liquidante	323
339. Pagamento do Passivo e Partilha do Remanescente. Prestação de Contas do Liquidante ..	324
340. Direito do Credor não Satisfeito	324
341. Extinção da Sociedade	324
p) <i>Transformação, incorporação, fusão e cisão</i>	
342. Modificação nos Tipos Sociais	325

<i>I – Transformação</i>	
343. Conceito de Transformação	325
344. Requisitos Necessários para a Transformação das Sociedades	326
345. Transformação de Qualquer Sociedade em Sociedade Anônima	326
346. Transformação de uma Sociedade Anônima em outro Tipo de Sociedade	327
<i>II – Incorporação</i>	
347. Preliminares	327
348. Conceito de Incorporação	328
349. Sociedade Anônima Incorporadora	328
350. Sociedade Anônima Incorporada	329
351. Posição dos Acionistas Dissidentes da Incorporação	329
<i>III – Fusão</i>	
352. Conceito de Fusão	330
353. Fusão para a Constituição de Sociedade Anônima	330
354. Fusão para a Constituição de Sociedade Não Anônima	331
<i>IV – Cisão</i>	
355. Noções Gerais	331
<i>q) Modalidades especiais de sociedades anônimas</i>	
356. Regulamentação	332
<i>1) Sociedades de economia mista</i>	
357. Conceito e Características	332
<i>2) Sociedades coligadas, controladoras e controladas</i>	
358. Noções Gerais	333
359. Subsidiária Integral	334
360. Alienação de Controle de Companhia Aberta	334
361. A Aquisição de Controle Mediante Oferta Pública	335
362. Incorporação de Companhia Controlada	336
<i>3) Grupos de sociedades</i>	
363. Características e Natureza	336
364. Constituição e Administração	336
365. Direitos dos Sócios Minoritários	337 ^o
<i>4) Consórcio</i>	
366. Noções Gerais	338
<i>r) Ações, prescrição e decadência nas sociedades anônimas</i>	
367. Ação para Anulação da Constituição da Sociedade Anônima	339
368. Prescrição Trienal	339
369. Prescrição Bienal	340
370. Prescrição Anual	340
XXVII	
<i>Sociedades em Comandita por Ações</i>	
371. Conceito	341
372. Sistema Legal	341
373. Histórico	342
374. Características e Natureza	343

375. Capital e Ações	344
376. Partes Beneficiárias e Debêntures	344
377. Conselho de Administração, Autorização Estatutária para Aumento de Capital e Bônus de Subscrição	344
378. Constituição e Livros Obrigatórios	344
379. Nome Social	345
380. Poderes Sociais	345
a) Assembleia-Geral	345
b) Diretores	345
c) Conselho Fiscal	346
381. Princípios Comuns às Sociedades Anônimas e às Sociedades em Comandita por Ações ...	346

Capítulo Nono
FUNDO DE COMÉRCIO

XXVIII

Instrumento do Exercício da Atividade Empresarial

382. Noção de Fundo de Comércio	347
383. A Designação “Fundo de Comércio”	347
384. Composição do Fundo de Comércio	348
385. Valor Patrimonial	349
386. Natureza Jurídica	349
387. Elementos do Fundo de Comércio	350
388. Fundo de Comércio e Empresa	350
389. Fundo de Comércio e Direito Industrial	351

XXIX

Elementos do Fundo de Comércio

390. Divisão	352
--------------------	-----

I

Elementos Incorporáveis

a) Propriedade comercial

391. O Ponto Comercial	352
392. Garantias Legais à Propriedade Comercial	353
393. Cessão de Contrato de Locação	354

b) Nome empresarial

394. Noção de Nome Empresarial	354
395. Firma do Empresário Individual	355
396. Exceções ao Princípio Geral da Formação do Nome Empresarial	356
397. Inscrição da Firma	357
398. O Duplo Aspecto do Nome Empresarial	357
399. Garantia do Uso do Nome Empresarial	358

<i>c) Acessórios do nome empresarial</i>	
400. Elementos Acessórios do Nome Empresarial	359
401. Nome Empresarial e Título do Estabelecimento	359
I – <i>Título</i>	
402. Conceito	359
403. O Título do Estabelecimento como Elemento do Fundo de Comércio	359
404. A Proteção ao Título de Estabelecimento	360
II – <i>Expressões ou sinais de propaganda</i>	
405. Conceito	360
<i>d) Propriedade industrial</i>	
406. Conceito	361
407. Amplitude da Expressão “Propriedade Industrial”	362
408. Divisão da Propriedade Industrial	362
I – <i>Patentes de Invenção</i>	
409. A Propriedade e o Uso Exclusivo da Invenção	362
410. Conceito e Elementos das Invenções Industriais	363
411. Invenções Não Patenteáveis	364
412. Garantia de Prioridade	364
413. Processo de Obtenção da Patente de Invenção	365
414. Publicação do Pedido de Patente. Expedição da Patente	365
415. Depósito Feito no Estrangeiro	365
416. Duração da Patente	366
417. Das Invenções Ocorridas na Vigência do Contrato de Trabalho ou de Prestação de Serviços	366
418. Das Invenções que Interessam à Segurança Nacional	367
419. Os Certificados de Adição de Invenção	367
420. Extinção, Caducidade e Nulidade da Patente	367
II – <i>Modelos de utilidade</i>	
421. Conceito	368
422. A Proteção Legal e demais Disposições Comuns às Invenções e aos Modelos de Utilidade	368
423. Processo para a Obtenção da Patente	368
III – <i>Desenhos industriais</i>	
424. Conceito, Requisitos e Registro dos Desenhos Industriais	369
425. Desenhos Industriais Não Registráveis	370
426. Procedimento para Concessão do Registro, Vigência, Extinção e Nulidade	370
IV – <i>Marcas de indústria, de comércio e de serviços</i>	
427. Histórico	371
428. Conceito	372
429. Classificação	373
430. Proteção Legal	373
431. Marcas Não Registráveis	373
432. Marcas de Alto Renome e Marcas Notoriamente Conhecidas	373
433. Concessão, Vigência, Extinção, Caducidade e Nulidade do Registro	374
434. Cessão e Licença de Uso.	375

435. Indicações Geográficas	375
<i>e) Propriedade imaterial</i>	
436. Aviamento e Freguesia	375

II

Elementos Corpóreos

437. Divisão dos Elementos Corpóreos	377
I – <i>Móveis</i>	
438. Mercadorias	377
439. Mercadorias, Gêneros, Fazendas e Efeitos	377
440. Acessórios do Estabelecimento Empresarial	378
II – <i>Imóveis</i>	
441. A Incorporação dos Imóveis ao Fundo de Comércio	378
442. Imóveis Pertencentes ao Empresário Individual	378

XXX

Concorrência Desleal

443. Da Concorrência nas Relações Comerciais	380
--	-----

XXXI

Direitos do Consumidor e Concorrência

444. Princípios Gerais e Influência no Direito Empresarial	385
445. Consumidor e a Concorrência Empresarial	386

Capítulo Décimo

PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE EMPRESA

XXXII

Crise da Empresa

446. A Empresa e sua Preservação	387
447. Diagnóstico da Crise e Recuperação	388
448. Recuperação e seu Procedimento	389
449. Responsabilidade Tributária e Trabalhista	389
450. O Estado Falimentar	390

Capítulo Décimo Primeiro

SERVIÇO PÚBLICO – CONCORRÊNCIA E CONSUMIDOR

XXXIII

Roupação do Serviço Público

451. Formação do Serviço Público	393
452. Prestação do Serviço Público	395

453. Direito Concorrencial	396
454. Tutela do Consumidor	398
455. Enfoque consumerista	399

Capítulo Décimo Segundo
A RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL

XXXIV

A Atividade Empresarial e sua Responsabilidade

456. A Responsabilidade do Empresário	401
457. Tipos e Formas da Responsabilidade Empresarial	402
458. Limites e Extensão da Responsabilidade	402
459. A Responsabilidade Objetiva e a Posição dos Sócios	403
460. A Construção Judicial e sua Finalidade	404

Capítulo Décimo Terceiro
A ATIVIDADE EMPRESÁRIA INDIVIDUAL

XXXV

O Microempresário e a Empresa Individual

461. O microempresário individual e o aspecto tributário	407
462. A regulamentação do microempresário na economia não informal	408
463. Conceito de empresa individual	409
464. Pressupostos da empresa individual e sua importância	410
465. Relevância do empreendedorismo e o cenário societário	413
Índice Alfabético de Assuntos	415